



A NOÇÃO DE “SUBSTÂNCIA” EM WITTGENSTEIN

Bruna Garcia da Silveira Miguel Elias¹

RESUMO

Neste trabalho analisaremos o quanto já está presente no *Tractatus*, de Wittgenstein, seu distanciamento da tradição aristotélica no que diz respeito à ontologia. Sua crítica em escritos posteriores a noção de substância aristotélica é explícita. O mesmo não acontece no *Tractatus*, e há numerosas discussões sobre possíveis influências da ontologia aristotélica na ontologia tractariana. Analisaremos a noção de “substância” presente nos primeiros escritos Wittgenstein a fim de mostrar que o mesmo já não partilha da visão de uma ontologia de objetos. Tal recusa, argumentaremos, fica explícita pela sua não aceitação do uso do símbolo de identidade em sua linguagem lógica. A noção de “substância” aristotélica e a noção de “substância” wittgensteiniana serão analisadas do ponto de vista de sua possível natureza ontológica no mundo.

Palavras-chave: Substância. Objetos. Identidade. Wittgenstein.

THE NOTION OF ‘SUBSTANCE’ IN WITTGENSTEIN

ABSTRACT

In this paper I analyze to what extend in Wittgenstein’s *Tractatus* his departure from the Aristotelian tradition with regard to ontology is already present. In subsequent writings, his criticism to the Aristotelian notion of ‘substance’ is explicit. The same does not happen in the *Tractatus* and there are numerous discussions about possible influences of Aristotelian ontology in the tractarian ontology. I will examine the concept of substance in earliest Wittgenstein’s writings, aiming to show that he does not accept the Aristotelian idea of ontology of objects. I argue that Wittgenstein’s refusal becomes explicit by his rejection to the usage of identity symbol in his logic of language. The Aristotelian and

Wittgensteinian notions of substance will be analyzed from the point of view of their possible ontological nature in the world.

Keywords: Substance. Objects. Identity. Wittgenstein.

Introdução

No *Tractatus-Logico-Philosophicus*, daqui para frente apenas *Tractatus*, Wittgenstein propõe uma notação lógica, uma linguagem simbólica que ele pretende que seja perfeita, da qual nenhum símbolo desnecessário ou ambíguo faz parte. Em sua notação, Wittgenstein exclui o uso do símbolo de identidade, tratando-o como desnecessário numa linguagem lógica perfeita. A identidade para o austríaco só poderia ser usada como uma constante lógica, contendo dois objetos ladeando-a. Mas os objetos wittgensteinianos descartam tal uso do símbolo de identidade, pois cada objeto possuirá apenas um nome, como veremos adiante, e os nomes no *Tractatus* nunca descrevem, mas sempre fazem referência direta aos objetos. Em 5.473, no *Tractatus*, Wittgenstein afirma que “o símbolo de identidade ele próprio não é ilegítimo, mas é um certo uso seu que é ilegítimo”. O “uso” ilegítimo do símbolo de identidade é em proposições elementares, pois essas não são sobre objetos, ou seja, não são sobre indivíduos que poderiam ser interpretados segundo suas propriedades. Wittgenstein no aforismo 4.1272 afirma que a palavra “objeto”, assim como tantas outras, é um conceito formal. Sendo assim, a afirmação de identidade não diria nada além de que o objeto é idêntico a si próprio, o que é absolutamente trivial e sem sentido, pois não acrescenta nada ao conhecimento.

O tratamento que Aristóteles dará a identidade, o qual comentaremos adiante, indicará sua ontologia subjacente. Trata-se de uma ontologia que é composta por substâncias individualizadas ou objetualizadas através de propriedades. A realidade no *Tractatus* é composta de situações e não de

¹ Aluna de graduação do curso de Filosofia da Universidade Federal de Goiás – UFG.

objetos, como indica seu primeiro aforismo. Tentaremos mostrar que isso implica no rompimento de Wittgenstein com toda a tradição aristotélica no que diz respeito à ontologia. Apesar disso, na literatura encontram-se comentários apontando não apenas contrastes, mas também aproximações entre a ontologia apresentada no *Tractatus* e a ontologia da tradição aristotélica. Tal aproximação ocorre sem constrangimentos, pois o próprio Wittgenstein afirma no *Tractatus* que seus objetos “são a substância do mundo” (2.021) e, ao usar a mesma terminologia aristotélica, causa certa confusão em seus leitores. Veremos brevemente alguns pressupostos da noção de substância aristotélica que, segundo argumentaremos, não serão pressupostos da noção de substância wittgensteiniana.

A Ontologia Aristotélica

No livro 7 dos *Tópicos* (1978), que é dedicado a tratar do tema da identidade, Aristóteles começa por afirmar que “em seu sentido mais literal” ser “o mesmo” significa ser numericamente um. A identidade de algo deverá ser examinada, acrescenta o filósofo grego, através de suas inflexões, derivados, coordenados e opostos (151^b 30). Inflexões, derivações, coordenações e oposições serão dadas em termos de propriedades, serão propriedades de propriedades se tivermos licença de colocar a questão nesses termos. Mais adiante, em 152^b 25, ainda nos *Tópicos*, Aristóteles irá dizer que:

Falando de modo geral [sobre os indivíduos idênticos²], deve-se estar atento a qualquer discrepância que possa aparecer em qualquer parte e em qualquer espécie de predicado de cada termo, assim como nas coisas de que estes se predicam. Porque tudo o que se predica de um deve também predicar-se do outro, e de tudo aquilo que se predica um deve também predicar-se o outro.

² Acréscimo explicativo feito pela autora desse artigo.

As reflexões de Aristóteles sobre a identidade nos mostram que essa é uma característica de indivíduos e que é dada em termos de propriedades. Não é nosso interesse aqui fazer uma demonstração detalhada da filosofia de Aristóteles. Interessa-nos apenas salientar um ponto relevante: a caracterização da ontologia aristotélica como sendo composta por objetos, indivíduos idênticos, cuja identidade é dada por suas propriedades. Vejamos.

Em 1037^b 11-2 na *Metafísica* (2002), Aristóteles reflete sobre qual seria a explicação para a unicidade do objeto de uma definição (*definiens*), ou seja, porque é um aquilo que é definido (*o definiendum*); e a partir de então tratará de tentar explicar tal questão. A questão da individualidade das substâncias que compõem a realidade é uma discussão corrente da época que poderia ser tomada como fio condutor do diálogo entre Aristóteles e Platão, porém não é propriamente tal discussão que nos interessa aqui. O ponto relevante a ser notado é que a exigência Aristotélica a Platão era a de que, com a teoria das Formas, ele explicasse como se daria a unicidade dos indivíduos, pois se esses fossem considerados apenas a soma de várias cópias de entidades (Formas) distintas o que então os tornaria algo uno? O que essa crítica aristotélica³ à Teoria platônica das Ideias revela é que, apesar de distintas considerações sobre a ontologia, os gregos em questão não questionaram se a ontologia poderia não ser composta de “objetos”, ou seja, de substâncias naturalmente separadas. Podemos nos perguntar, nesse contexto, que sentido teria falar numa ontologia sem objetos?

O processo de identificação de uma substância para Aristóteles se daria através da correta observação da divisão (segundo regras lógicas) nas descrições

³ Além da bibliografia recomendada de Lucas Angioni sobre essa crítica, também nos *Tópicos* (1978), livro 7, 154^a 15-20 Aristóteles expõe mais um argumento “contra aqueles que admitem a existência das Ideias”.

de algo, seguindo do gênero para a diferença específica e novamente assim até que se chegue numa *definiens* que seja una (tal que ela torne supérflua a indicação do gênero, pois já estará nela contido), como o objeto que será o *definiendum*, algo uno (ANGIONI, 2008, p. 313, 314 - 319). Esse processo garante que os universais não obtenham prioridade ontológica em relação aos particulares; tal processo segue o caminho inverso ao tipo de processo platônico conhecido como *synanairesis*⁴ que atribui prioridade ontológica sempre aos universais.

Notamos que na predicação aristotélica tudo o que é, é substância ou é em alguma substância. Lucas Angioni propõe a já famosa separação (na *Metafísica*) entre *ousia* 1, no sentido de subjacente último, no qual todas as propriedades inerem e que ele próprio não pode ser predicado de nada, ele não inere em nada, não depende de outro para existir. E *ousia* 2, que trata da substancialidade da essência, das propriedades essenciais em certo sentido, que juntas formam a essência e conferem a forma ao indivíduo (ANGIONI, 2005, p. 173,174). Para Aristóteles, além das propriedades essenciais haveria também propriedades acidentais, que seriam as responsáveis por garantir que a mudança e a contingência estejam a salvo, pois o indivíduo mantém-se o mesmo pela imutabilidade de sua essência (suas propriedades essenciais) e é ainda o sofredor

⁴ Esse processo em busca da substância primeira conhecido como *synanairesis* funciona como um teste que identifica a substância com prioridade ontológica com aquele “isto” que sobra quando a não existência dele implica a não existência de alguma outra substância, mas o contrário não se dá, sua existência é independente de qualquer outra substância. Através desse teste os universais prevalecerão, pois para que Sócrates exista ele precisa ser um homem, animal racional, bípede, implume, etc. E já (para Platão) a *Forma* do homem em si é anterior e independente de qualquer instância imperfeita Sua num homem particular. É esse justamente o ponto atacado por Aristóteles e, por isso, a maneira pela qual a substância primeira é encontrada deve ser outra.

de mudanças, pois ganha e perde propriedades acidentais a todo momento sem que por isso sua identidade seja prejudicada.

Aristóteles ao identificar a substância a um “certo isso” (*tode ti*), um indivíduo determinado, sugere que tal indivíduo ainda que indefinível, quando considerado a parte de suas propriedades, deve poder ser apontado. Esse parece inclusive um dos pontos centrais da crítica aristotélica à teoria platônica das Ideias na qual a existência das Formas independe de qualquer existência sensível. O estagirita não aceita que o gênero possa subsistir independente de sua participação em algum particular, pois uma substância é sempre uma substância individual e nesse sentido o gênero não pode ser tomado como substância, por não possuir existência independente (ANGIONI, 1994, p. 312). Mas, embora a substância aristotélica não ocorra sozinha, sem predicados, ela é algo anterior e independente destes predicados, é outra coisa que os seus predicados, ela é a coisa na qual, com a qual e pela qual os predicados encontram-se intrinsecamente unidos e não se confunde com a simples reunião destes.

Poderíamos imaginar, a partir da breve exposição feita, que o jovem Wittgenstein não teria se afastado muito da noção de substância aristotélica. O objeto tractariano é um tipo de indefinível, como a substância primeira em Aristóteles, aquela cuja única descrição possível seria a de ser um “isto”, um particular. A substância, nos dois casos, apareceria como um “algo” sem propriedades. Explicarei isso mais adiante e veremos que uma análise mais detalhada mostra que apesar disso (de serem ambas as substâncias um tipo de indefinível) há uma grande diferença entre o tipo de indefinível em que ambos os filósofos estão falando. No caso de Aristóteles, a substância é algo cuja existência é anterior e independe de qualquer propriedade determinada, embora ela independa de alguma propriedade em particular e não seja ela própria uma propriedade que possa ser predicada de algo, ela é o algo ao qual propriedades

são atribuídas, ou o algo no qual as propriedades inerem. Diferentemente dos objetos tractarianos, aos quais tentaremos mostrar que não se pode atribuir nenhuma propriedade em sentido aristotélico.

A Ontologia no *Tractatus*

Nas *Investigações Filosóficas*, Wittgenstein, ao refletir sobre o *Tractatus*, usa para explicar o que ele pretendia dizer com a expressão “simples” um trecho do *Teeteto*, famoso diálogo platônico onde Sócrates fala:

Se não me engano, assim ouvi de alguns: para os elementos primitivos -para assim me expressar- dos quais nós e tudo o mais somos compostos, não há qualquer explicação; pois tudo o que é em si e por si pode ser apenas designado com nomes; uma outra determinação não é possível, nem que é, nem que não é... mas o que é em si e por si deve ser... denominado sem todas as outras determinações. Mas, com isso é impossível falar explicitamente de qualquer elemento primitivo; pois para este nada existe a não ser a mera denominação; tem, na verdade, apenas seu nome. Mas assim como aquilo que se compõe desses elementos primitivos é ele próprio um conjunto emaranhado, assim também suas denominações tornaram-se discurso explicativo neste emaranhado; pois sua essência é o complexo de nomes. (Platão apud Wittgenstein, 1975, IF §46)

Os objetos serão o correlato dos nomes emaranhados que se deve encontrar ao fim da famosa análise tractariana, no nível das proposições elementares. Acreditamos que a análise se daria por descrições. Descrições são feitas através de predicados e os predicados serão uma expressão de generalidade presente numa proposição. Wittgenstein irá comentar sobre a análise que ela deveria “analysed away” toda generalidade contida nos

predicados (3.24)⁵. Quando então todas as generalizações expressas através dos predicados estivessem sido banidas de uma descrição essa descrição seria singular – uma proposição singular ou atômica, e isso seria expresso por ela própria já que conteria apenas signos simples – nomes genuínos⁶. Essa seria a intenção da análise, reduzir todos os predicados a nomes para que em cada proposição elementar não restasse relação interna com nenhuma outra. Wittgenstein irá dizer que as proposições gerais têm as estruturas relacionadas entre si⁷, e é disso o que as elementares deveriam estar livres como vimos.

A última linha da análise deveria conter apenas proposições singulares, atômicas, que seriam assim por terem cada uma apenas uma única condição de verdade. A proposição elementar figura um único e determinado estado de coisas atômico. Esse estado de coisas ainda é composto, mas num sentido diferente daquele em que se fala da composição de várias proposições atômicas na descrição de uma situação complexa como “este relógio”, por exemplo. “Este relógio” é uma situação complexa que será analisada primeiramente pela descrição de situações cada vez menos complexas, e assim diz-se que esta situação “relógio” é composta ainda de vários estados de coisas.

A proposição elementar possui um tipo de composição diferente da composição de uma proposição complexa. Tal proposição elementar é composta apenas por nomes. Nos nomes reside uma diferença fundamental com a proposição, eles não tem sentido, apenas referência, designam diretamente os objetos. Assim como proposições não podem ser nomes de situações, mas sim descrições das mesmas, nomes nomeiam diretamente, sem intermediários como

⁵ Ver sobre análise artigo da Prof Araceli, “Wittgenstein’s unique “Great Analysis: a consequence of the construal of propositional sense as truth-conditions”, publicado na Revista *Analytica* em 2015.

⁶ Glock 1997, p. 190; Fogelin 1987, p.55

⁷ Wittgenstein 1964, § 5.2

sentido. No sentido ou nas descrições é onde reside a generalidade. Os objetos são assim nomeados e não descritos justamente porque são simples, são um tipo de particular, não são compostos como os estados de coisas, ou teriam de poder ser descritos em termos de propriedades, e a análise jamais teria fim. É por necessidade lógica que Wittgenstein postula algumas coisas como a necessidade de uma única análise e de proposições elementares e nomes para que tal análise tenha um fim⁸.

O que gostaríamos de salientar é que o tipo de particular a que as partes da proposição singular se referem parecem ser drasticamente distintos para os filósofos em questão. A análise tractariana na verdade começa onde a aristotélica acaba: o que Aristóteles consideraria uma proposição singular é para Wittgenstein no *Tractatus* ainda muito complexa. Um bom candidato a ser um indivíduo para Aristóteles poderia ser um homem, Sócrates, por exemplo. Sócrates é um indivíduo ao qual um núcleo de propriedades essenciais podem ser sempre atribuídas, do tipo ser humano, racional; elas lhe conferem sua forma socrática de ser, além de várias outras propriedades acidentais como ser amarelo ou ter o nariz adunco. Esse tipo de indivíduo aristotélico, uma pessoa, por exemplo, parece estar longe de poder ser aquilo que o austríaco chama de substância ou elementos simples.

Wittgenstein fala dos seus particulares indefiníveis, os objetos, que eles possuem dois tipos de propriedades, internas e externas. As internas são as determinações de suas combinações possíveis com outros objetos e as externas seriam descrições de combinações nas quais ele se encontra de fato. Há certa obscuridade envolvendo a idéia do que seria um objeto simples e adiante nos deteremos um pouco mais atentamente nisso. Sobre as propriedades dos objetos tractarianos, o intérprete Griffin analisa as propriedades externas dos mesmos

⁸ Wittgenstein 1964, § 3.25, 3.26, 3.442; Wittgenstein 1998, § 17.6.15, 3.9\8, 14.6.15.

como as propriedades materiais em Aristóteles, num sentido ligeiramente diferente.

Griffin nos lembra sobre os objetos, que são a substância, que eles contém a forma de um complexo e não contém, ou seja, não determinam nenhuma propriedade material. Tais propriedades só surgem na descrição de complexos, só essas podem ter alguma configuração, e é justamente à configuração e não aos objetos que podem ser atribuídas propriedades, mas não atribuídas no sentido aristotélico de serem alguma substância que inere em outra. As propriedades não são tratadas ontologicamente, mas simplesmente num plano linguístico como sendo apenas a descrição de configurações de complexos (2.0231, 2.0232). Propriedades materiais ou externas não podem ser determinadas pelos objetos, elas surgem apenas de sua configuração. Afirmar de algo que ele tenha qualquer propriedade material significa afirmar que ele está numa certa configuração e, para isso, esse algo deve ser complexo, para poder articular-se de alguma maneira. Os próprios objetos não podem ter configuração, pois são simples (2.02), ou seja, não se pode atribuir propriedades materiais diretamente a eles.

O engano em afirmar algum tipo de equivalência entre a noção de substância aristotélica e a wittgensteiniana estaria, para Griffin, na atribuição de um caráter metafísico (*suporte/bearer*) à noção wittgensteiniana. Enquanto a substância aristotélica é aquilo no que as propriedades inerem, ao que as propriedades são atribuídas, em Wittgenstein temos que propriedades desse tipo jamais poderiam ser atribuídas a substância. Os objetos são o que criam (através da combinação) essas propriedades e não um subjacente para elas. (GRIFFIN, 1997, p. 70-71)

Até o ponto elucidado acima da argumentação também seguimos Griffin. Mas acreditamos que os argumentos de Griffin contra uma aproximação da

substância aristotélica e da substância no jovem Wittgenstein, ao contrário de sua afirmação, podem ser mantidos numa interpretação metafísica ou simplesmente não fisicalista dos objetos. Aliás, acreditamos que a visão fisicalista de Griffin é bastante problemática e poderia parecer próxima de Aristóteles quando identifica “objeto” a um “isto” para o qual se possa apontar, um indivíduo dentro do mundo.

Griffin interpreta o *Tractatus* como um livro que é sobre o mundo, e não deve ser erroneamente considerado como um tratado sobre experiências de um sujeito ou *sense data* russellianos (GRIFFIN, 1997, p. 3). O intérprete aproxima a teoria pictórica de Wittgenstein da teoria dos modelos de Hertz. O conceito de figuração (*bild*) em ambos nos parece de fato muito próximos. Ambos falam sobre as características da representação, ou da projeção de um modelo noutra, e sobre a paridade lógico-matemática que algo deve ter com algo para poder representá-lo e vice-versa (HERTZ, 1994, p. 325; WITTGENSTEIN, 1964, §3.1, 4.01). Sobre o uso do conceito de projeção, figuração (*bild*), seguimos Griffin na opinião de que Wittgenstein estaria de pleno acordo com Hertz, mas o intérprete dá um passo adiante no qual não podemos tão seguramente segui-lo: equacionar os dois também no que diz respeito aos elementos simples que compõem a realidade. Griffin segue tal interpretação fisicalista e concebe o objeto tractariano como uma partícula material, ou ponto material como em Hertz. Através da concatenação de várias partículas materiais teríamos como resultado um átomo físico (GRIFFIN, 1997, p. 101). Para Griffin, tal conclusão (de que os objetos são partículas materiais) se seguiria de falas do próprio Wittgenstein onde o filósofo parece sugerir que a análise no *Tractatus* se daria de forma análoga a análises científicas, que segmentam corpos em busca de seus componentes mínimos (GRIFFIN, 1997, p. 64-65).

Nos *Notebooks* (16.6.15d), Wittgenstein afirma que o que pode nos ser dado a priori é o conceito de um “isto”, e que um “isto” é o mesmo que um “objeto”⁹. Griffin interpreta essa passagem como dizendo claramente que objeto é algo para o qual se pode apontar, algo que se pode localizar espacialmente. E além de espaciais, Griffin afirma que os objetos simples são também objetos temporais¹⁰. A afirmação do intérprete é a de que os objetos duram através do tempo. Os objetos seriam imutáveis, estáticos em certo sentido, mas seriam estáticos assim dentro do tempo, sendo aquilo que permanece através das mudanças. Esse tipo de indivíduo no mundo nos parece distinto do que pode ser encontrado na realidade tractariana. No *Tractatus* a realidade é composta de situações possíveis e o mundo é composto de fatos.

Acreditamos que, para Wittgenstein, esse tipo de objeto ordinário tratado por Griffin como um “simples” ainda é um complexo, ou seja, uma situação complexa, que poderia ser tornada verdadeira por uma disjunção envolvendo muitas proposições elementares que oferecessem figurações desse objeto ordinário, em função de suas partes e em função de seus possíveis desenrolares enquanto processo estendido no tempo.

A interpretação dos nomes dos objetos como nomes de coordenadas

É importante lembrar que para Wittgenstein “o mundo é composto de fatos e não de coisas”, como diz o primeiro aforismo do *Tractatus*, ou seja, trata-se de uma ontologia de situações e não de objetos. Aquilo que faz parte da ontologia são apenas os fatos, os objetos são anteriores a eles, não anteriores no

⁹ “What seems to be given us a priori is the concept: This.—Identical with the concept of the object.” Estranhamente a afirmação que segue essa nos notebooks é a de que “relações e propriedades são objetos também” Wittgenstein, 1998.

¹⁰ Griffin 1997, p. 61, 70

tempo, mas no sentido de serem componentes estruturais abstratos. Tais objetos não existem como se diz que os fatos existem, se existência for definida como “fazer parte da ontologia”. Sendo assim, já não poderíamos afirmar haver objetos e propriedades em sentido aristotélico, pois os objetos tractarianos não fariam parte da ontologia. O que determinaria ou distinguiria indivíduos no mundo como defende Griffin, se a própria ontologia não determina objetos, mas apenas situações inteiras? Parece-nos que para Wittgenstein esse tipo de objeto ordinário que Griffin trata como simples ainda é um complexo, uma situação complexa, que poderia ter seu modelo figurado por uma disjunção envolvendo muitas e muitas proposições elementares que oferecessem figurações alternativas desse objeto, em função de suas partes e em função de suas possíveis projeções enquanto processo estendido no tempo.

Wittgenstein sugere considerar os nomes dos objetos como nomes-coordenadas¹¹ e afirma que o sistema de coordenação “é parte do método pelo qual a realidade é projetada no nosso simbolismo”¹². Nessa interpretação, um nome genuíno, nome de um objeto simples, envolve a ideia de um determinador atemporal de possibilidades combinatórias, sendo considerado em analogia a um “eixo” de um sistema de coordenadas. Desse modo, a natureza de um objeto simples teria de ser radicalmente diferente da natureza do “ponto (local)” que pode ser indicado através da coordenação de eixos. A substância, o eterno, o fixo¹³, seriam os eixos, que, por serem imutáveis, conteriam a determinação de todas as situações possíveis. Já os “pontos”, ou seja, as situações seriam a

¹¹ Nas *Investigações Filosóficas* (1975 p. 40), Wittgenstein sugere que a proposição mais analisada é aquela que indica uma “posição”, ou nos aforismos 3.032, 3.321, 3.4, 3.41, 3.411, 4.431, 4.463 ou 5.526 do *Tractatus* (1964) onde o autor usa expressões como “pontos” e “posições” ou “coordenar nomes à objetos” em analogias com a geometria.

¹² Wittgenstein 1993, p. 32.

¹³ Wittgenstein 1964, § 2.024 “the substance subsists independently of what is the case.”

composição configurada dessas possibilidades. Aquilo que ocorre ou que poderia ocorrer são situações contingentes diferentemente da substância atemporal.

A interpretação dos nomes dos objetos como nomes de coordenadas, que adotamos no presente trabalho, nos mostra a influência que sofre Wittgenstein do “princípio fregiano do contexto”. Tal princípio diz que o que nos é dado são fatos e que só pensamentos completos poderiam afigurar um fato, ou seja, só proposições são capazes de figurar uma situação determinada, nunca nomes sozinhos. Da mesma forma o objeto simples tractariano, se pensado como um eixo de uma coordenada é incapaz de ser pensado sozinho, mas somente na combinação com outros objetos. Segue do princípio do contexto ainda que os nomes genuínos só podem ser concebidos no contexto de uma proposição, na qual estarão sempre correlacionadas a um objeto simples, uma vez que a proposição já possui condições de verdade. Também é esse o caso de qualquer sistema de coordenadas: uma latitude sozinha não faz sentido, só faz sentido pensar uma latitude quando inserida num sistema de coordenadas. Ou seja, apenas uma sequência coordenada, composta de latitude, longitude e profundidade, é capaz de indicar um lugar no espaço. Indicar uma localização espacial só é possível pela combinação de dimensões.

Talvez seja importante explicar melhor essa interpretação. Na versão que interpreta objetos simples como dimensões, um “eixo” dimensional seria como um campo de possibilidades combinatórias determinadas. Tal determinação é dada pelas propriedades internas de cada objeto que indicam com quais outros ele pode se combinar e com quais outros não pode, ou seja, pela sua própria natureza de se coordenar. Assim, dadas todas as combinações possíveis no espaço lógico, são dadas todas as situações possíveis. De tais situações, as que ocorrem, são fatos e compõem o mundo, enquanto as que não ocorrem, simplesmente não ocorrem, mas não deixam de ser possibilidades, que são

constituídas da mesma substância, ou seja, das mesmas possibilidades de todas as situações que de fato ocorrem.

Concordarmos que a proposta de ver as combinações possíveis não atuais como constando em algum “lugar”, o espaço lógico, pode soar como um realismo modal e tendemos a nos inclinar para uma outra interpretação que achamos mais adequada. Preferimos tratar as possibilidades como as possibilidades deste mundo, sem estatuto ontológico, para não confundirmos dois usos de “existência”. E aqui há que se distinguir “há”, quando se afirma que há estados de coisas no espaço lógico, onde o que é dito haver são apenas possibilidades, de “ocorre” que indica existência factual de algo, num determinado tempo e lugar. Estar em algum lugar é uma propriedade que apenas os estados de coisa terão, na medida em que forem atuais. A intenção presente na noção de “sistema de coordenadas” é dar a localização espacial, um endereço enfim, para podermos fornecer, através de uma proposição elementar, a descrição de uma situação, que se ocorresse estaria em algum lugar. O aspecto importante dessa noção modal de “possibilidade” é que ela pode não se atualizar e então não fará sentido afirmarmos que tal situação (dada por um endereço possível) “está” em algum “lugar”. Apenas aquilo que poderia ter uma localização (uma situação atual) poderia “estar” em algum “lugar”. No parágrafo 2.013, Wittgenstein afirma que cada “coisa” está num espaço de possibilidades, e tal espaço pode ser imaginado vazio, mas não o contrário, como um caso de alguma coisa sem o espaço. Ou seja, o endereço possível, indica a localização no espaço, mas tal espaço pode estar vazio, sem a coisa. Tal “coisa”, que podemos traduzir por “estado de coisas”, pode não estar ocorrendo nesse espaço.

Esta confusão sobre dois sentidos de existência pode surgir da má compreensão da palavra “objeto”. O objeto simples tractariano não pode ser identificado com o que se costuma chamar objeto, nem rotineiramente, nem ao

modo da tradição filosófica quase em geral. Nessa última¹⁴, objetos são identificados aos corpos, aqueles com massa, que ocupam lugar no espaço e, principalmente, que duram um determinado período de tempo. Para Wittgenstein, esse tipo de objeto ordinário é um complexo, que poderia ter sua ocorrência descrita por uma disjunção envolvendo muitas e muitas proposições elementares que oferecessem descrições alternativas desse objeto em função de suas partes e em função de suas possíveis projeções enquanto processo estendido no tempo. Cada conjunção, dessa disjunção de proposições elementares que descrevesse esse complexo, faria dessa situação e de sua possível ocorrência um mapeamento ponto a ponto, uma construção que descrevesse parte por parte, fatia por fatia, um possível estado de coisas complexo que fosse esse objeto ordinário espaço-temporal. Nesse caso, se substituíssemos cada nome pelo seu objeto simples correspondente, construiríamos uma “imagem” ou “modelo” da situação de ocorrência do objeto ordinário em questão. Nessa descrição última que é a proposição elementar, encontraríamos diversas ocorrências de situações atômicas que, unidas, formariam um processo, estendido no espaço e no tempo, ao qual poderíamos chamar de “Fulano de Tal”, por exemplo. Tais situações, do ponto de vista da ontologia, não podem ser identificadas com os objetos simples, pois a proposta de Wittgenstein é a de uma nova noção de “objeto” que envolva a fixação atemporal de possibilidades combinatórias. Os objetos simples são pressupostos estruturais como vemos em 2.1512 “A Bild é como uma régua aposta à realidade”, postulados semânticos, que figuram como condições de possibilidade para a contingência quanto à ocorrência dos estados de coisas descritos pelas proposições elementares.

¹⁴ Consideramos aqui Aristóteles, a fim de distinguir a noção de “objeto” tractariana da noção de “substância” como aquilo que subjaz a propriedades.

Uma proposição elementar que descreva um fato atômico (quando verdadeira) ainda seria, em certo sentido, complexa, pois conteria vários nomes de objetos. Ou seja, ocorre um fato atômico quando certa combinação de várias possibilidades, um estado de coisas, se dá. Os objetos compõem o estado de coisas sendo suas condições de possibilidade, ao modo de elementos definidores. Ou seja, compõe-se por terem um caráter definicional, como o sentido das palavras determinam o sentido de uma sentença, e não como no caso em que se monta um composto a partir de suas partes. Vemos que se trata de um nominalismo onde o mundo é composto por situações, e situações são, por princípio, complexas ainda que sejam singulares. Os objetos simples serão postulados abstratos nascidos da necessidade de que todo complexo seja construído de elementos simples.

Conclusão

O ponto central que separa o jovem Wittgenstein da tradição aristotélica é o tipo de ontologia adotada, segundo mostramos até agora. Desde Aristóteles a própria realidade é considerada como segmentada por objetos, a ontologia é composta por substâncias separadas que são assim identificadas e distinguidas através de propriedades. Objetos são suportes de propriedades, são subjacentes individuais. Como vimos, para Wittgenstein a ontologia é composta apenas por situações e não determina nenhum objeto em sentido aristotélico. Aquilo que o austríaco chama de objeto e substância já no *Tractatus* não faz sequer parte da ontologia. A tradição aristotélica nos parece bem representada pela identidade como proposta por Leibniz, que identifica e distingue objetos através de suas propriedades. Não pode haver identidade no *Tractatus*, pois não há indivíduos determinados por propriedades povoando sua ontologia como há em toda

tradição aristotélica. Os objetos tractarianos dispensam tal consideração (ser idêntico), pois não tem propriedades (como predicados). Eles “tem apenas o nome”, como explicita Wittgenstein pelas palavras de Sócrates no diálogo platônico *Teeteto* que já citamos

Referências

ANGIONI, Lucas. *As Noções Aristotélicas De Substância e Essência*. São Paulo, Editora Unicamp, 2008.

------. Comentários ao Livro XII da Metafísica de Aristóteles. *Cad. Hist. Fil. Ci.*, Campinas, Série 3, v. 15, n. 1, p.171-200, jan-jun. 2005.

ARISTÓTELES. *Metafísica*. Tradução de Giovanni Reali. Vol. II. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

------. *Tópicos; Dos Argumentos Sofísticos*. Trad. De Leonel Vallandro e Gerd Bornheim da versão inglesa de W.A. Pickard- Cambridge. Col. Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

GRIFFIN, J. *Wittgenstein's Logical Atomism*. St. Augustines Press, 1997.

HERTZ, Heinrich. Introduction to the Principles of Mechanics. In: MULLIGAN, Joseph (org.). *Heinrich Rudolf Hertz: A Collection of Articles and Essays*. New York: Garland Press, 1994.

WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*. Tradução de Luiz Henrique Lopes dos Santos. São Paulo: Edusp, 1964.

------. *Investigações Filosóficas*. Tradução de José Carlos Bruni. São Paulo: Abril S.A. Cultural e Industrial, 1975.

------. *Notebooks – 1914-1916*. Oxford: Blackwell Publishers, 1998.